

**EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1.777.242 - SP (2018/0289350-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO**  
**EMBARGANTE** : **MARIA DE FATIMA PEREIRA UEHARA**  
**EMBARGANTE** : **AURO UEHARA**  
**ADVOGADO** : **RODRIGO CESTARI DE MELLO - SP353749**  
**EMBARGADO** : **CLARAIBA EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA**  
**ADVOGADOS** : **JÚLIO NICOLAU FILHO - SP105694**  
**SANDRA ROSE DE MENDES FREIRE E FRANCO E OUTRO(S) - SP292333**  
**JOSE FERNANDO DOS SANTOS CAMPOS JUNIOR - SP214537**  
**MARIANA SENNA SANT'ANNA - SP186425**

**EMENTA**

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. EFEITOS INFRINGENTES. NÃO CABIMENTO. INEXISTÊNCIA DOS REQUISITOS DO ART. 1.022 E INCISOS DO CPC DE 2015. JULGADO EMBARGADO DEVIDAMENTE FUNDAMENTADO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.

1. Depreende-se do artigo 1.022, e seus incisos, do novo Código de Processo Civil, que os embargos de declaração são cabíveis quando constar, na decisão recorrida, obscuridade, contradição, omissão em ponto sobre o qual deveria ter se pronunciado o julgador, ou até mesmo as condutas descritas no artigo 489, parágrafo 1º, que configurariam a carência de fundamentação válida. Não se prestam os aclaratórios ao simples reexame de questões já analisadas, com o intuito de dar efeito infringente ao recurso.

2. Embargos de declaração rejeitados.

**DECISÃO**

1. Trata-se de embargos de declaração opostos por MARIA DE FATIMA PEREIRA UEHARA em face de decisão da minha lavra, assim sintetizada:

RECURSO ESPECIAL. CONTRATO DE COMPRA E VENDA DE IMÓVEL. DESISTÊNCIA PELO PROMITENTE COMPRADOR. RESTITUIÇÃO DOS VALORES PAGOS. JUROS DE MORA. TERMO INICIAL. TRÂNSITO EM JULGADO DA DECISÃO JUDICIAL.

1. Em casos de rescisão contratual de promessa de compra e venda de imóvel por iniciativa do comprador, é devida a retenção, pelo promitente

vendedor, de parte dos valores pagos pelo promitente comprador, como forma de compensação dos custos administrativos do empreendimento, no importe de 25% (vinte e cinco por cento) sobre as parcelas desembolsadas.

2. "A jurisprudência desta Corte se firmou no sentido de que o termo inicial dos juros de mora na hipótese de devolução de valores decorrente de resolução de compromisso de compra e venda por iniciativa do promitente comprador é a data do trânsito em julgado da decisão". (AgRg no AREsp 474.503/MG, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 09/09/2014, DJe 17/09/2014) 3. O termo inicial da correção monetária das parcelas pagas, a serem restituídas em virtude da rescisão do contrato de compra e venda, é a data de cada desembolso.

4. Recurso especial provido em parte.

Alega existir contradição na decisão ora embargada, pois os honorários advocatícios sucumbenciais foram redimensionados mesmo sem ter sido alterado o resultado relativo ao pedido principal do feito, o que demonstra a existência de sucumbência mínima da autora.

É o relatório.

Decido.

2. O artigo 1.022, e seus incisos, do novo Código de Processo Civil, claramente prescrevem as quatro hipóteses de cabimento dos embargos de declaração, tratando-se de recurso de fundamentação vinculada, restrito a situações em que patente a existência de (1) obscuridade, (2) contradição, (3) omissão no julgado, incluindo-se nesta última as condutas descritas no artigo 489, parágrafo 1º, que configurariam a carência de fundamentação válida, e por derradeiro, (4) o erro material.

3. Sobre as hipóteses de cabimento acima mencionadas, Daniel Amorim Assumpção, na obra intitulada Novo Código Civil Comentado, ao discorrer sobre os vícios que legitimam o ingresso dos embargos de declaração, assim informa:

Os incisos do art. 1.022 do Novo CPC consagram quatro espécies de vícios passíveis de correção por meio dos embargos de declaração: *obscuridade* e *contradição* (art. 1.022, I, do Novo CPC), *omissão* (art. 1.022, II, do Novo CPC) e *erro material* (art. 1.022, III, do Novo CPC). (In: *Novo Código de Processo Civil Comentado*. Salvador: JusPodivm, 2016, pp. 1.711)

Logo a seguir, o citado processualista passa a discorrer o seguinte sobre a contradição:

O terceiro vício que legitima a interposição dos embargos de declaração é a contradição, verificada sempre que existirem proposições inconciliáveis entre si, de forma que a afirmação de uma logicamente significará a negação da outra. Essas contradições podem ocorrer na fundamentação, na solução das questões de fato e/ou de direito, bem como no dispositivo, não sendo excluída a contradição entre a fundamentação e o dispositivo,

considerando-se que o dispositivo deve ser a conclusão lógica do raciocínio desenvolvido durante a fundamentação. O mesmo poderá ocorrer entre a ementa e o corpo do acórdão e o resultado do julgamento proclamado pelo presidente da sessão e constante da tira ou minuta, e o acórdão lavrado.

4. Na espécie, o embargante alega que há contradição porque não fora reconhecida sucumbência mínima da parte autora.

5. Entretanto, a parte embargante em nenhum momento se insurgiu sobre a distribuição de honorários advocatícios estabelecidos no aresto recorrido, do seguinte modo:

Pelo exposto, DÁ-SE PROVIMENTO EM PARTE ao recurso de apelação, para julgar-se procedente em parte a ação, condenando-se a requerida à restituição de 75% dos valores pagos a título de entrada e prestações, em parcela única, nos termos da fundamentação, rateando-se as custas do processo, arcando a ré com honorários advocatícios de 12% sobre o total a ser restituído e os autores com 15% sobre o montante retido, nos termos do art. 85, §§ 2º, 11 e 14, do CPC/2015. (fl. 243 e-STJ)

Tendo a parte ora embargada obtido êxito no recurso especial para alterar o termo inicial de incidência dos juros, houve possibilidade de adequar a fixação de honorários ao provimento parcial do recurso especial, tendo sido elevado em 1% o percentual de honorários a serem arcados pela parte ré. Trata-se de decisão adequada à lógica do provimento do recurso especial, sem importar contradição entre os termos da decisão.

6. O que a parte almeja nada mais é do que o re julgamento da lide no tocante à fixação dos honorários advocatícios, ao que não servem os embargos de declaração.

7. Ante o exposto, rejeito os embargos de declaração.

Intimem-se. Publique-se.

Brasília, 11 de novembro de 2019.

MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO

Relator